

O perigo do “retroprogresso”

Por **Murillo de Aragão** - 12 de fevereiro de 2023



Palácio do Planalto

Desde as eleições de outubro, o novo governo emite sinais e ruídos contraditórios. Tal fato se comprova pela assertividade e abundância de declarações polêmicas. Em vez de prevalecer o equilíbrio e a prudência, as vibrações eleitorais seguem predominando.

O fenômeno tem duas consequências principais. A primeira é gerar impasses, dúvidas e incertezas. A segunda é causar a impressão de que o novo governo busca uma espécie de “retroprogresso”, ou seja, uma projeção rumo a um passado que não existiu.

No plano imagético, o retroprojeto se baseia em outro conceito complexo, este de Zygmunt Bauman: o da retrotopia, que é uma desconfiança do presente aliada a um imaginário utópico do passado. Passado do qual, como narrativa construída, se selecionam partes, visando compor uma imagem idealizada. E que só existe como imaginação e é motivada pela saudade do que não fomos.

Em política, a retrotopia é uma atitude recorrente. Só mudam os atores e o cenário. O governo Bolsonaro também embarcou em uma viagem utópica, ao sonhar com um regime militar que não existiu. Assim como muitos, recentemente, pediram uma intervenção militar que não viria.

“Corremos o risco de ficarmos prisioneiros de um limbo, uma espécie de purgatório em que descuidamos da realidade”

A retrotopia projeta um sucesso do passado composto de pedaços de verdades, de meias verdades e de mentiras sinceras. No entanto, a nostalgia do que não fomos é tão nefasta quanto

a aspiração a sermos o que ainda não podemos ser.

Como disse Montaigne, "a sabedoria presta um bom serviço aos que subordinam seus desejos às suas capacidades". Prometer o que não pode entregar é uma ferida autoinfligida que, com o passar do tempo, só vai piorar.

Outra forma de se ferir é não entender, de forma clara, as razões que decretaram os acontecimentos. No caso, as eleições presidenciais. Por que chegamos aqui? Esquecemos que, nos últimos vinte anos, o país viveu uma vertiginosa sequência de acontecimentos políticos, econômicos e sociais que moldaram uma nova realidade?

As duas contradições — a ferida autoinfligida e a não leitura da realidade — cobram um preço alto: o atraso nas realizações ou até mesmo o fracasso de propósitos. Entre uma contradição e outra, corremos o risco, como nação, de ficarmos prisioneiros de um limbo, uma espécie de purgatório em que descuidamos da realidade tentando viver em uma pararealidade gelatinosa. Posto o dilema do momento, pergunta-se: seria o retroprogresso inexorável, tal qual uma caminhada ao abismo político? Seguramente, não. Em política nada é inexorável. Tudo é relativo. Tudo pode mudar — para melhor ou para pior. Depende das decisões dos atores institucionais relevantes na cena política. E das escolhas que esses atores vão fazer.

O novo governo tem na história dos últimos vinte anos bons e maus exemplos de políticas públicas. Sabe também que não existe mais o monopólio das manifestações nas ruas. E sabe ainda que os poderes Judiciário e Legislativo são mais independentes e atuantes do que antes. Enfim, são outros tempos. Bem mais complexos e que exigem doses industriais de pragmatismo.

Murillo de Aragão

Murillo de Aragão é advogado, jornalista, professor, cientista político e presidente da Arko Advice Pesquisas e sócio fundador da Advocacia Murillo de Aragão. É formado em Direito pela Faculdade de Direito do Distrito Federal (UniCEUB), é mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília e doutor em Sociologia (estudos latino-americanos) pelo Ceppac – Universidade de Brasília. Entre 1992 e 1997 foi pesquisador associado da Social Science Research Council (Nova York). Foi membro do “board” da International Federation of the Periodical Press (Londres) entre 1988 e 2002. Foi pesquisador da CAPES quando doutorando no CEPAC/UnB. É membro da Associação Brasileira de Ciência Política, da American Political Science Association, da Internacional Political Science Association, da Ordem do Advogado do Brasil (Distrito Federal) e do IBRADE - Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral. Foi membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (2007 - 2018). Como membro do Conselho, foi chefe de delegações do organismo na Rússia, BRICs e Comunidade Européia. Como palestrante e analista político, Murillo de Aragão proferiu mais de duas centenas de palestras, nos últimos 20 anos, em Nova York, Miami, Londres, Edimburgo, São Francisco, San Diego, Lisboa, Washington, Boston, Porto, Buenos Aires, Santiago, Lima, Guatemala City, Madrid, Estocolmo, Milão, Roma, Amsterdã, Oslo, Paris, entre outras, para investidores estrangeiros sobre os cenários políticos e conjunturais do Brasil. Aragão lecionou as matérias “Comportamento Político” e “Processo Político e Legislação” no Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília. Foi professor visitante da Universidad Austral, Buenos Aires e consultor do Banco Mundial. É professor-adjunto da Columbia University (Nova York). Em 2017, foi convidado para ser professor-adjunto na Columbia University (Nova York) onde leciona a cadeira “Sistema Político Brasileiro”. É autor e coautor dos seguintes livros: Grupos de Pressão no Congresso Nacional (Maltese, 1992), ‘Reforma Política – O Debate Inadiável (Civilização Brasileira, 2014) e Parem as Maquinas (Sulina, 2017). É colunista de opinião da revista Isto É, e do jornal, O Estado de São Paulo.

[View all posts](#) 

Murillo de Aragão

Murillo de Aragão é advogado, jornalista, professor, cientista político e presidente da Arko Advice Pesquisas e sócio fundador da Advocacia Murillo de Aragão. É formado em Direito pela Faculdade de Direito do Distrito Federal (UniCEUB), é mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília e doutor em Sociologia (estudos latino-americanos) pelo Ceppac – Universidade de Brasília. Entre 1992 e 1997 foi pesquisador associado da Social Science Research Council (Nova York). Foi membro do “board” da International Federation of the Periodical Press (Londres) entre 1988 e 2002. Foi pesquisador da CAPES quando doutorando no CEPAC/UnB. É membro da Associação Brasileira de Ciência Política, da American Political Science Association, da Internacional Political Science Association, da Ordem do Advogado do Brasil (Distrito Federal) e do IBRADE - Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral. Foi membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (2007 - 2018). Como membro do Conselho, foi chefe de delegações do organismo na Rússia, BRICs e Comunidade Européia. Como palestrante e analista político, Murillo de Aragão proferiu mais de duas centenas de palestras, nos últimos 20 anos, em Nova York, Miami, Londres, Edimburgo, São Francisco, San Diego, Lisboa, Washington, Boston, Porto, Buenos Aires, Santiago, Lima, Guatemala City, Madrid, Estocolmo, Milão, Roma, Amsterdã, Oslo, Paris, entre outras, para investidores estrangeiros sobre os cenários políticos e conjunturais do Brasil. Aragão lecionou as matérias “Comportamento Político” e “Processo Político e Legislação” no Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília. Foi professor visitante da Universidad Austral, Buenos Aires e consultor do Banco Mundial. É professor-adjunto da Columbia University (Nova York). Em 2017, foi convidado para ser professor-adjunto na Columbia University (Nova York) onde leciona a cadeira “Sistema Político Brasileiro”. É autor e autor de seguintes livros: Grupos de Pressão no Congresso Nacional (Maltese, 1992), ‘Reforma Política – O Debate Inadiável (Civilização Brasileira, 2014) e Parem as Maquinas (Sulina, 2017). É colunista de opinião da revista Isto É, e do jornal, O Estado de São Paulo.

